

CURSO TEMÁTICO



**ESCOLA NACIONAL
DE FORMAÇÃO PT**

TEXTO BASE

HISTÓRIA E POLÍTICA da AMÉRICA LATINA E CARIBE

DESAFIOS ATUAIS

**Organização:
KJELD JAKOBSEN**



BREVE APANHADO SOBRE A AMÉRICA LATINA E CARIBE

Kjeld Jakobsen

ÍNDICE

Introdução	3
1. Formação econômica, política e social das colônias na América Latina e Caribe	4
Box: O mercantilismo	6
1.1. O escravagismo	7
1.2. As independências	11
1.3. A formação dos partidos de esquerda e progressistas	16
1.4. As intervenções imperialistas na América Latina e Caribe e as ditaduras	20
Box: Imperialismo	22
Box: A Doutrina de Segurança Nacional	25
Box: A Operação Condor	27
1.5. A redemocratização e os partidos de esquerda	28
Box: A política externa do PT	31
Box: O Foro de São Paulo	34
2. A formação econômica latino-americana e caribenha moderna	36
Box: A teoria da dependência	39
3. A integração latino-americana e caribenha	42
4. Conclusão	47
5. Referências Bibliográficas	49

Introdução

Este texto sobre a América Latina e o Caribe é composto por três capítulos, além desta nota introdutória e uma finalização que busca provocar algumas reflexões sobre as relações e as possibilidades de integração entre os 33 países desta região de 21.069.501 quilômetros quadrados (14,1% da superfície emersa da terra), onde ainda se localizam 20 colônias estrangeiras¹ (Reino Unido, França, Países Baixos e EUA), e que é habitada por aproximadamente 580 milhões de pessoas.

Trata-se de uma análise histórica geral da sua formação política, das intervenções imperialistas abaixo do Rio Grande, da sua formação econômica e das experiências de integração regional e continental. A análise destes temas considera o continente com cinco sub-regiões, porém à partir de critérios mais políticos do que propriamente geográficos. Essa opção justifica-se por razões específicas como, por exemplo, o fato de Cuba e República Dominicana se localizarem no Caribe, mas possuírem laços políticos, econômicos e culturais mais estreitos com suas contrapartes da América Central. Porto Rico, por sua vez, também uma ex-colônia espanhola no Caribe, é hoje um Estado associado (ou colonizado) dos EUA. Alguns países localizados na América Central (Belize) e na América do Sul (Guiana e o Suriname), duas ex-colônias inglesas e uma holandesa, identificam-se mais com as ilhas do Caribe. Mesmo entre os países de idioma espanhol, há que se privilegiar o critério político, pois países andinos como o Chile e a Bolívia se relacionam mais com o Cone Sul e o México, apesar de ser considerado parte geográfica da América do Norte, rejeita esta classificação e se inclui na América Latina, embora não integrante da América Central e, por isso, também será tratado como uma sub-região.

Buscar-se-á identificar nesta parte, as identidades históricas destas sub-regiões, considerando o período do descobrimento quando o desenvolvimento dos povos originários das regiões mesoamericana e andina era muito superior tecnologicamente em comparação com os da região amazônica, atlântica e caribenha, seguido pelo

¹ A maioria dos territórios colonizados no mundo se localizam no Caribe e na Oceania.

período colonial, os processos de independência, as disputas políticas entre conservadores e liberais, as tentativas de industrialização, os impactos da guerra fria e das ditaduras militares que se instalaram na maior parte da América Latina, a redemocratização e a implementação do “Consenso de Washington” no continente culminando com a ascensão de governos democráticos e populares no final do século XX e início do século XXI e os desafios que estes enfrentam hoje em dia.

Na conclusão do texto, a pretensão é apontar para algumas perspectivas de integração e superar a insuficiência que perpassa o discurso da esquerda no continente ao condicioná-la à retórica da “integração dos povos” e à “integração com soberania” como se unir os povos não dependesse do desenvolvimento de meios de transporte e de infraestrutura e que os acordos necessários para aproximar países com o grau de assimetria existente na América Latina e Caribe não requeresse a cessão de algum nível de soberania. Sem falar que as relações econômicas e empresariais ainda representam a base mais dinâmica da integração e de seus desdobramentos sociais e políticos. Porém, como todos esses aspectos resultam de decisões políticas, é necessário refletir sobre propostas viáveis.

1. Formação econômica, política e social das colônias na América Latina e Caribe

Embora o continente americano possa ter recebido visitas de navegantes europeus muito antes da chegada de Cristóvão Colombo à serviço da Espanha ao território que ele imaginava ser as “Índias”, mas que na primeira de suas quatro viagens em 1492 revelou ser as Bahamas, Cuba e a ilha de Santo Domingo (hoje repartida entre a República Dominicana e o Haiti), considera-se este momento o início da colonização europeia da América Latina e do Caribe. Estes foram, principalmente, os espanhóis nas terras compreendidas entre o México e a Argentina e os portugueses no Brasil. O Caribe foi uma região de intensa disputa entre espanhóis, ingleses, franceses e holandeses visando sua exploração agrícola, principalmente, por meio da cana de açúcar e do tabaco, embora a ambição inicial de todos os colonizadores fosse a busca de metais e

pedras preciosas que, no entanto, só foram encontrados em abundância em determinadas regiões da América Central, da América Andina e do Brasil.

O início da formação econômica das Américas foi tipicamente de exploração colonial e inserido no mercantilismo de seus produtos naturais, sua exportação e comercialização organizada pelas metrópoles e proibição de produzir qualquer bem localmente. Quando muito, produção local de sabão e velas. Outros bens, se necessários, tinham obrigatoriamente que ser adquiridos na metrópole.

Estes produtos naturais variavam de colônia para colônia sendo o Caribe um local preferencial para o cultivo de cana de açúcar e tabaco, a América Central para o cultivo de cana de açúcar e coleta de “chicle” e corantes naturais², o México para a cultura de cana de açúcar e mineração, a região andina para a exploração de ouro e prata, a Venezuela para o cultivo de cacau, o Peru para a exploração de prata e guano³, o Chile para o cobre e o salitre, a Argentina para carne e trigo e o Brasil inicialmente para a mineração de ouro e depois cana de açúcar, café e borracha⁴.

² O chicle é a seiva do pé de sapoti usado para fazer goma de mascar. Porém, quando a goma passou a ser produzida artificialmente e a anilina foi inventada, a economia de coleta na região entrou em decadência.

³ O guano era um excremento de pássaros acumulado e usado como fertilizante.

⁴ O ciclo da borracha no Brasil teve curta duração, pois a economia de coleta na floresta não conseguiu concorrer com a produção das colônias europeias na Ásia onde as plantações eram estruturadas e depois, muito menos, com a borracha sintética.

O mercantilismo

Há controvérsias sobre o caráter econômico e político do mercantilismo, mas a definição de sua natureza que mais se aproxima de um consenso entre seus estudiosos é se tratar de uma transição da economia dos países europeus do feudalismo ao capitalismo entre os séculos XV/XVI e XVIII, fundamentado no comércio (Falcon, 1981).

A exploração das colônias nas Américas se inseriu nesse contexto em que a industrialização ainda era incipiente e o mercantilismo foi marcado por algumas características como o metalismo ou bulionismo, superávit comercial e monopólios. O metalismo surge do conceito que o poder das economias nacionais se fundamentava no acúmulo e posse de metais preciosos como o ouro e a prata que potências europeias como Portugal e, principalmente, Espanha extraíam de suas colônias na América Latina. No entanto, outras potências, entre elas, os Países Baixos, a França e a Inglaterra, se apossavam desses recursos por meio de pirataria e corsos.

Uma segunda característica, era a convicção que uma balança de pagamentos, principalmente dos itens relacionados ao comércio, deveria ser superavitária e que os ganhos de um país se davam a partir das perdas de outro. Portanto, a política implicava em dificultar as importações e favorecer as exportações por meio do protecionismo além de comprar barato e vender caro.

Em terceiro lugar, implantou-se um sistema de monopólio de empresas privadas ou do próprio Estado sobre o comércio com outros países, como as famosas Companhias das Índias, e a definição de portos específicos para o embarque e recebimento de produtos, o que favorecia o controle do fluxo de importações e exportações, bem como a cobrança de tributos sobre o comércio. Por exemplo, na Espanha era o caso do Porto de Sevilha e nos Países Baixos, o Porto de Amsterdam.

Por fim, os Estados absolutistas, por meio destes instrumentos, pouco importando se os monarcas eram “iluministas” ou não, administravam o sistema e as colônias cumpriam o papel de fornecedor dos metais preciosos e outros produtos naturais. Assim, também contribuíam com a balança positiva das metrópoles, pois estas exportavam para as colônias os bens que produziam, principalmente, os de luxo e mais caros e importavam delas, de forma barata, seus produtos naturais. Estes podiam, inclusive, ser reexportados para terceiros países pelas empresas monopolísticas da metrópole a exemplo do excedente de açúcar brasileiro que não era consumido, nem localmente e nem em Portugal e era reexportado pelos portugueses a outros países.

1.1. O escravagismo

O trabalho durante a colonização era essencialmente escravo. As primeiras vítimas da colonização no “Novo Mundo” foram os povos originários cujo número era incerto, mas cujas diferentes estimativas mencionam entre 20 e 25 milhões de habitantes nas Américas no momento da descoberta (Klein, 1987). A ampla maioria pereceu em função das doenças trazidas pelos europeus, bem como da escravidão e da violência que os colonizadores implementaram durante o processo de ocupação e exploração dos recursos naturais das novas terras. No Caribe, a população originária em poucos anos foi extinta, como bem relatou o Frei Bartolomeu de Las Casas em sua obra “*Brevísima relación de la destrucción de las Indias*” e, durante esse genocídio, civilizações como a Asteca e a Inca também foram gravemente afetadas.

A exploração dos recursos naturais em grande escala como a produção de açúcar, tabaco, café, algodão, entre outros, requeria intensa mão de obra. Esta foi escrava durante quatro séculos e gerou mais valia e acumulação de capital cuja importância cresceu para os países da América Latina e Caribe, particularmente, depois das independências, quando este acúmulo deixou de ser apropriado pelas metrópoles e o passou a ser pelas burguesias locais (Bruit, 1982 e Cardoso de Mello, 1998).

A mão de obra escrava utilizada no início da colonização foi a indígena em maior ou menor intensidade de acordo com sua disponibilidade e as necessidades dos colonizadores. Na América Espanhola chegou a envolver aproximadamente um milhão de indígenas, mas no Brasil a escala foi bem menor, pois em certas regiões como o nordeste brasileiro onde o cultivo de cana de açúcar se expandiu, a população indígena era menos numerosa. Por outro lado, capturar indígenas no interior do país era caro e estes estavam sempre sujeitos a adoecer e falecer devido à contaminação pelas endemias dos europeus. No entanto, apesar desses problemas, esta mão de obra foi utilizada no início da colonização do Brasil e posteriormente em momentos de crise do tráfico de escravos africanos como, por exemplo, durante as invasões holandesas. Ao mesmo tempo, em outras regiões das Américas, as populações originárias foram submetidas ao trabalho escravo em atividades como a mineração, pecuária, trabalho

doméstico, agricultura de subsistência, entre outras, e também foram estabelecidos arranjos produtivos livres por meio de diversas formas de parcerias e prestação de serviços. A escravidão indígena na América Latina terminou formalmente no século XVII, pois tanto as autoridades portuguesas, quanto as espanholas deixaram de reconhecê-la, mas até meados do século XX na Bolívia, propriedades ainda eram vendidas incluindo os “índios” que nelas trabalhavam e que eram vinculados à terra por meio de certos contratos de parceria.

Esta mão de obra foi majoritariamente substituída por escravos trazidos da África cuja produtividade era maior, além de recomendada pela Igreja Católica e gerar uma “cadeia de valor” desde a captura, o tráfico e a comercialização no destino final em escala muito mais larga e vantajosa do que a escravidão indígena. Seu comércio para a Europa e para a produção agrícola nas ilhas ibéricas do Atlântico (Madeira, Açores, Canárias e São Tomé) já era dominado pelos portugueses desde meados do século XV, cuja hegemonia foi mantida até o fim do tráfico para as Américas, seguido em importância pelos traficantes holandeses durante o século XVII, ingleses e franceses no século seguinte, além de outros europeus com participação mais modesta como dinamarqueses, suecos e alemães. O comércio de escravos africanos era altamente lucrativo e o auge do tráfico foi durante o século XVIII. Porém, depois da decisão inglesa de reprimi-lo no Atlântico Sul a partir de 1820, reforçada com a Lei Aberdeen de 1845, este passou a ser apenas interno nos países escravocratas das Américas.

Já em 1518, o rei da Espanha, Carlos I, autorizou o envio de 3.000 escravos africanos para o Caribe ao longo de oito anos por meio de transporte monopolizado pelo seu governo. Estima-se que durante o período escravagista nas Américas cerca de 14 milhões de africanos teriam chegado ao continente, sendo 47% ao Caribe, 38% ao Brasil, 6% à América Espanhola e 4,5% à América do Norte ao mesmo tempo em que entre um e dois milhões pereceram durante a travessia do Atlântico. Os negros vieram para trabalhar nas plantações de produtos tropicais a serem exportados para a Europa, principalmente, açúcar, tabaco, café, cacau e algodão sob terríveis condições, embora também assumissem outras ocupações como a mineração, trabalho doméstico e até militar (Klein, 1987).

As etnias dos escravos africanos que chegaram à América Latina e Caribe eram variadas como Jalofos, Mandingas, Nagôs, Haussás, entre outros, da África Ocidental ou Quimbundos da Angola, mas sua origem era registrada basicamente a partir dos portos africanos de embarque como Acra na Gana, a Ilha de Gore na Senegâmbia, Benguela e Luanda na Angola de onde partiam também os cativos capturados no Congo. Dar-lhes esta origem foi uma forma de “invisibilizar” a identidade e a cultura dos cativos e de seus descendentes, embora sua incidência para a formação social e cultural de vários países latino americanos e, principalmente caribenhos, tenha sido muito importante, pois em muitos deles, a composição da população sempre foi majoritariamente negra e mestiça e no Brasil atual, de acordo com as auto – declarações dos recenseados, esta situação alcançou 54% da população (IBGE, 2017).

Os principais locais de exploração de escravos africanos na América Espanhola foi em primeiro lugar o vice reino do Peru que incluía o Chile, Bolívia e Equador em atividades agrícolas, serviços domésticos e outros. Em segundo lugar, a América Central, incluindo o México, na agricultura e mineração e na agricultura das possessões no Caribe – Cuba, Porto Rico e a parte espanhola da Ilha de Santo Domingo – e em menor proporção nas plantações de cacau na Venezuela e cana de açúcar na Colômbia. O porto de Buenos Aires chegou a receber muitos escravos provenientes da África, mas eles se dirigiam posteriormente para o Alto Peru. No sul da América do Sul, Rio Grande do Sul em particular, a mão de obra escrava foi utilizada principalmente na produção de charque que, por sua vez, era a fonte principal de proteína para os escravos em todo o Brasil ocupados na produção de açúcar, mineração de ouro e depois na cultura do café, bem como em vários serviços urbanos (Klein, 1987).

No Caribe, além das colônias espanholas, um alto percentual de mão de obra escrava africana dirigiu-se às colônias inglesas nas ilhas de Barbados, Saint Kitts e Nevis e Jamaica e às francesas Martinica, Guadalupe e, principalmente, Haiti. Na América do Sul, as Guianas Holandesa (Suriname) e Inglesa também foram destinos importantes (Klein, 1987).

Os escravos resistiam às condições de trabalho a que eram submetidos por meio de rebeliões violentas quando possível ou por meio de fugas. Há registros de rebeliões como as ocorridas na Ilha de Santo Domingo e na Ilha de Margarita na Venezuela já no século XVI ou a Revolta dos Malês, negros muçulmanos, em Salvador na Bahia em 1835. As fugas podiam ser “pequenas” quando o escravo permanecia na proximidade da propriedade e era recapturado ou negociava condições para seu retorno ou podiam ser “grandes” quando buscava centros urbanos com maior população negra para imergir neste meio ou então locais distantes e inacessíveis aos proprietários e autoridades. Estes locais viabilizavam a instalação e sobrevivência de comunidades de negros como os quilombos no Brasil e *maroons* na Jamaica e nas Guianas. Neste aspecto, os quilombos brasileiros foram os mais numerosos. O quilombo de Palmares chegou a reunir em torno de 20.000 habitantes e sobreviveu durante 60 anos antes de ser destruído. Porém, a maioria dos quilombos que se mantiveram até o final da escravidão no Brasil eram comunidades menores compostas por entre 30 e 50 ex-escravos (Klein, 1987).

O século XIX foi marcado pela transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre nas Américas. Normalmente, a abolição da escravidão era o estágio final após a adoção de medidas paliativas como a proibição do tráfico e a libertação dos nascidos de pais escravos, as chamadas “Leis do Ventre Livre”. Em vários países como o Chile, Colômbia, Equador e Venezuela, a abolição foi um desdobramento de suas independências já na década de 1820. As decisões das potências escravagistas como Inglaterra, França, Holanda e outros países europeus de proibir a escravidão e se retirar do comércio de escravos, além de pressionar os renitentes como Espanha e Portugal a fazer o mesmo, durante a primeira metade do século XIX, também contribuíram para o fim da diáspora africana forçada. No entanto, a escravidão somente terminou nas Américas, Espanhola e Portuguesa, em 1886 quando ela foi abolida em Cuba e definitivamente em 1888 quando o mesmo ocorreu no Brasil.

Porém, a abolição também inaugurou uma disputa entre as tentativas dos grandes produtores agrícolas escravagistas de preservarem seus usos e costumes e, principalmente, seus lucros e as expectativas dos ex - escravos que permaneceram na agricultura, mas sem possuir terras e meios de produção. Esta disputa envolvia a

discussão de pagamentos, acesso à terra e direitos políticos numa situação onde os ex – escravos entravam em desvantagem, pois o trabalho na agricultura, qualquer que fosse, era sazonal; eles não possuíam terras e quando muito podiam tentar negociar arranjos de parcerias; e não tinham poder político, pois não eram habilitados a votar por serem analfabetos ou não possuírem renda suficiente de acordo com as regras vigentes. Além disso, o trabalho manual desenvolvido pelos escravos era visto pejorativamente pelas elites e assim foi também quando este se tornou assalariado dificultando o desenvolvimento de relações de trabalho mais justas e equilibradas. A diferença entre classes e a disputa de interesses, também reforçou o preconceito racial já existente durante o período escravagista, bem como manteve a maioria da população negra na pobreza, problemas que junto com as constantes violações de direitos trabalhistas, em maior ou menor grau, prevalecem até hoje nas Américas.

1.2. As independências

Foi a partir de uma revolta de escravos bem sucedida no Haiti que ocorreu a primeira declaração de independência na América Latina e Caribe, assim como este foi o primeiro país da região a abolir a escravidão em 1793. A revolta iniciou-se em 1791 sob a liderança de Toussaint L’Ouverture, nascido escravo, mas que conseguiu comprar sua alforria e se tornou um líder militar, e terminou em 1804 com a expulsão definitiva dos franceses. A esta independência, outras se seguiram até o final da década de 1820 facilitadas pelo enfraquecimento da Espanha em guerra com a França e ocupada pelas tropas napoleônicas entre 1808 e 1814.

Na América Espanhola, a expulsão dos espanhóis se deu por meio de guerras deflagradas pelas elites locais (*criollos*) e no Brasil houve conflito com as tropas de ocupação portuguesas, especialmente na Bahia, mas no geral seu processo foi mais tardio e pacífico, pois manteve-se o regime monárquico com Dom Pedro I, o filho do rei de Portugal Dom João VI, como imperador entre a independência em 1822 até sua

renúncia em 1831 em favor de seu filho D. Pedro II, para então assumir o trono vago de Portugal, ameaçado de ser abolido por republicanos locais.

No entanto, nos países caribenhos com exceção do já mencionado Haiti, o processo foi muito diferente e heterogêneo com alguns países somente alcançando sua independência na segunda metade do século XX como foi o caso da Jamaica, Trinidad e Tobago, Guiana, Belize, Suriname, Barbados, entre outros. É inclusive uma região onde o Comitê de Descolonização da ONU reconhece a existência ainda de várias colônias como a Guiana Francesa, Porto Rico, Martinica, entre outras. Apesar da independência de suas colônias no continente, a Espanha manteve o domínio de ilhas caribenhas como Porto Rico e Cuba durante grande parte do século XIX e esta última somente obteve sua independência após a guerra entre Estados Unidos e a Espanha que foi derrotada e perdeu o que restava de seu império colonial incluindo possessões na Ásia como as Filipinas e Guam.

A República Dominicana é um caso à parte, pois quando houve a independência do Haiti, esta se aplicou à toda a ilha de Santo Domingo. No entanto, a ilha havia sido domínio espanhol entre sua descoberta até 1697 quando cedeu o lado oeste, atual Haiti, para a França que um século depois ocupou a ilha toda. Em 1814, os espanhóis retomaram o lado leste que em 1822 foi ocupada por tropas haitianas até 1844 quando este lado, após uma guerra com o Haiti, se tornou a República Dominicana independente.

Durante a colonização, o poder dominante e centralizado era o das metrópoles que reprimia eventuais rebeldias com violência, fossem tentativas de resistência indígenas como os guaranis das Sete Missões jesuíticas no sul do Brasil e descendentes incaicos liderados por Tupac Amaru e Tupac Katari entre 1780 e 1782 nas áreas que se tornariam, respectivamente, Peru e Bolívia, consideradas as primeiras grandes insurreições contra o poder colonial espanhol; fossem fugas de escravos afrodescendentes que buscaram se organizar em quilombos como os de Palmares e Jabaquara no Brasil ou tentativas de ativistas nacionais de reivindicar maior autonomia política e econômica como foram os casos dos “comuneros” na Colômbia e dos

inconfidentes mineiros no Brasil (Galeano, 1985). O século XVIII foi pródigo em rebeldias na América Latina inspiradas pelas ideias iluministas e liberais que provinham da Europa, além das razões objetivas provocadas pela exploração e opressão colonial, em particular, os efeitos das “reformas borbônicas”, introduzidas pela coroa espanhola para melhorar sua economia por meio de um colonialismo mais eficiente que, no entanto, colateralmente fortalecia a elite *criolla* e ampliava o desejo pela independência nas sub-regiões da América Espanhola que, via de regra, se deram a partir de iniciativas adotadas por estas elites nos vice-reinos espanhóis e por intermédio de uma luta que levou vários anos.

A construção dos Estados nacionais na América Latina e Caribe ocorreu a partir das independências e das divisões das províncias que compunham os diferentes vice-reinos. O da Prata com capital em Buenos Aires era composto pelo que é hoje a Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Em 1810, o vice-rei espanhol foi destituído e os comerciantes locais criaram as Províncias Unidas do Rio da Prata. Quando os espanhóis tentaram restaurar a colônia em 1816, o general José de San Martín organizou o exército que os derrotou contribuindo também para a independência do Chile, junto com Bernardo O’Higgins que era filho de um vice-rei do Peru, ao mesmo tempo em que a liberdade deste último e da Bolívia foi também influenciada pelas atividades de Simon Bolívar ao norte da América do Sul. A Bolívia independente recebeu este nome em homenagem a ele. O Uruguai foi invadido pelos portugueses ao mesmo tempo em que os espanhóis tentavam retomar o controle do vice-reino e transformou-se na Província Cisplatina que em 1822 foi incorporada ao Brasil independente. Porém, em 1825 os uruguaios começaram uma campanha militar contra o império brasileiro que acabou levando à sua autonomia em 1828 após uma mediação da Inglaterra. O Paraguai também era uma província do vice-reino da Prata sem acesso ao mar, sem grandes latifúndios onde se criava gado e com pequenas propriedades onde se produzia erva-mate. Em 1811, o principal responsável pela independência, não somente da Espanha, mas também da tentativa argentina de controlar a província, foi José Gaspar de Francia que se proclamou ditador perpétuo e deu início a um projeto de autonomia

política e econômica seguido pelos seus sucessores, mas interrompido pela Guerra do Paraguai empreendida pela Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai).

O vice-reino da Nova Granada compreendia os atuais Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. A luta pela independência também se iniciou em 1810 e culminou em 1819 quando no Congresso de Angostura foi fundada a *Gran Colombia*. Simon Bolívar foi considerado o principal responsável por esta façanha, mas houve outros participantes como Francisco de Miranda, Antonio Nariño e José Arismendi nas diversas fases da guerra da independência que, na prática, só terminaria em 1822 com a derrota do exército espanhol na Batalha de Pichincha no Equador pelo lugar tenente de Bolívar, José de Sucre.

O vice-reino da Nova Espanha compreendia o México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. A luta pela independência iniciou-se no México em 1810 liderada, principalmente pelos padres Miguel Hidalgo e José Maria Morelos. Embora estes fossem de origem *criolla* a independência tornou-se uma causa popular e, apesar da repressão, os espanhóis radicados no México e o clero conservador propuseram um pacto pela independência que ocorreu em 1821. Este pacto possibilitou que ela se estendesse às demais províncias do vice-reino pacificamente e que formaram as Províncias Unidas da América Central.

Ainda durante este período, as visões políticas se dividiam grosso modo entre conservadores e liberais, onde o segundo grupo foi o principal patrocinador dos movimentos independentistas nas Américas. O que os diferenciavam era sua visão sobre a organização do Estado. Enquanto os conservadores se apoiavam nas estruturas provenientes do colonialismo como o latifúndio, a Igreja e o escravismo, os liberais propunham reformas como a descentralização federativa, o Estado laico e o fortalecimento do trabalho assalariado. Entretanto, o que os unia depois das independências, era a manutenção do controle político de seus respectivos países pelas elites *criollas*, particularmente, sobre as classes populares formadas pelos camponeses, indígenas, negros, mestiços, escravos e trabalhadores livres.

No entanto, apesar desse interesse comum, frequentemente houve disputas violentas pelo poder político gerando guerras civis como no Brasil durante o império⁵, na Argentina com disputas entre caudilhos ou o caso da Colômbia onde houve onze conflitos armados entre conservadores e liberais no século XIX, além da guerra civil entre 1948 e 1958, período que se tornou conhecido como o da “*La Violencia*” ao provocar aproximadamente 300.000 mortes, além de dar origem à insurgência guerrilheira de esquerda à partir dos anos 1960 e que ainda perdura embora em menor grau do que no passado recente.

O “caudilhismo” é um fenômeno latino americano que ganhou expressão política após as independências quando grandes latifundiários ou chefes militares, carismáticos com capacidade política e financeira, chegavam a desafiar os governantes e até a substituí-los no poder. Podiam tanto ser conservadores, quanto liberais ou até progressistas com o propósito de desenvolver seus países com autonomia. Como exemplos podemos citar Juan Manuel de Rosas na Argentina, um conservador reacionário; Ramon Castilla y Marquesado no Peru, liberal e desenvolvimentista; Antonio Guzman Blanco na Venezuela, liberal; Carlos Antonio Lopez no Paraguai, um desenvolvimentista; Julio de Castilhos no Brasil, um positivista; Manoel Uribe no Uruguai; Porfirio Diaz no México, conservador e desenvolvimentista ao mesmo tempo; entre outros. No Brasil, após a independência, os “senhores de engenho” em função de seu poder político regional ganhavam postos de comando na Guarda Nacional, normalmente como coronéis. O “coronelismo” transformou-se numa prática política extremamente influente em diversos municípios e estados brasileiros, mesmo depois da extinção da Guarda Nacional em 1918, por meio de clientelismo e controle do voto local.

Alguns dos partidos políticos de centro e de direita que existem hoje nos países latino americanos e caribenhos têm origem na longínqua dicotomia política entre conservadores e liberais como, por exemplo, os partidos conservador e liberal da Colômbia, o Partido Nacional e o Partido Liberal em Honduras, no Brasil a UDN e o PSD após o fim do “Estado Novo”, a ARENA e MDB durante a ditadura militar, bem como os

⁵ Revolta liberal de 1842 e Revolução Praieira em 1848.

atuais DEM e MDB, além de outros. Estas formações tradicionais incorporaram outras influências políticas ao longo do tempo como, por exemplo, a democracia cristã, o fascismo, a social democracia e o trabalhismo a depender da evolução econômica, da organização dos Estados e de sua burocracia, bem como da diversificação das classes sociais e de sua conquista de espaços políticos gerando, via de regra, pelo menos na vigência dos períodos democráticos, regimes pluripartidários num leque ideológico desde a esquerda até a extrema direita.

Atualmente, a diferença entre conservadores e liberais está mais relacionada às questões socioculturais e identitárias do que suas visões do papel do Estado, pois ambos compartilham o ideal de Estado mínimo e no caso da América Latina e Caribe, alguns liberais de hoje, mas que outrora foram desenvolvimentistas, onde Fernando Henrique Cardoso é o melhor exemplo, consideram a globalização inexorável e que nos cabe inserir nas cadeias globais de produção determinadas e conduzidas pelo neoliberalismo dos centros hegemônicos.

1.3. A formação dos partidos de esquerda e progressistas

Ao término da escravidão durante o século XIX houve a ascensão de outras relações de trabalho na agricultura e de trabalho assalariado urbano composto por trabalhadores nacionais e imigrantes europeus que abandonaram as atividades agrícolas, particularmente, em países como Argentina, Brasil e México ao se desenvolver um princípio de industrialização no final deste século e início do século XX.

No entanto, como já assinalava Octavio Ianni ao analisar a origem das nações latino americanas a partir das guerras e revoluções de independência, o desencontro entre o Estado dominado pelas elites deliberantes compostas por militares, civis, oligarcas, empresários e tecnocratas, que tudo sabem e podem, e a sociedade, é um desafio permanente (1988). A relação destas elites com os trabalhadores do campo e da cidade no Brasil após a abolição da escravidão não foi diferente como bem explicitado

pelo Presidente Washington Luis (1926 – 1930) que “a questão social, é um caso de polícia”. Embora, as elites brasileiras se reiviniquem majoritariamente liberais, elas vivem em contínuo dilema e contradição frente ao ideal da igualdade como demonstram os diversos golpes de Estado e intervenções militares na história da República, bem como no trato das questões sociais em particular (Ioris, 2018).

Em 1903, havia mais de 100.000 operários no Brasil, mal pagos e trabalhando em jornadas de até 16 horas diárias durante seis e até sete dias por semana. Suas tentativas de se organizar e melhorar as condições de trabalho eram reprimidas. Os trabalhadores estrangeiros envolvidos em manifestações e greves podiam ser expulsos do país e entre 1907 e 1921, isso ocorreu com 556 deles, sem mencionar os que junto com outros militantes brasileiros considerados subversivos foram enviados à colônia penal de Clevelândia⁶.

O marxismo e o anarquismo se apresentaram nas Américas por intermédio de imigrantes europeus ainda no final do século XIX. Inicialmente, por meio de textos e publicações e depois por meio de organizações sindicais e partidárias, estas inspiradas ou vinculadas à Segunda Internacional. Os anarquistas, socialistas e, posteriormente, os comunistas foram os autores das primeiras agendas de reivindicações sociais desde esta época como jornada de trabalho regulada, liberdade de organização, proteção social, entre outras que se institucionalizariam na maioria dos países do continente à partir dos anos 1930⁷.

Muitos intelectuais latino americanos e caribenhos foram influenciados pela metodologia marxista de análise como o peruano Mariátegui tentando utilizá-la para analisar o papel indígena e camponês numa possível revolução latino americana ou a

⁶ Esta colônia penal localizava-se no Amapá e era muito parecida com a famosa prisão da Ilha do Diabo na Guiana Francesa. Foi muito utilizada durante o estado de sítio do governo Artur Bernardes e poucos sobreviveram à ela.

⁷ No México, os direitos trabalhistas foram constitucionalizados em 1918 durante a Revolução Mexicana e na Guiana durante a década de 1920 ao ser uma colônia britânica e adotar sua legislação. O Haiti somente adotou alguma legislação social nos anos 1950 que, no entanto, foi derrocada em seguida durante a ditadura de François Duvalier, o “Papa Doc”, e até hoje não foi restaurada.

maneira como o brasileiro Euclides da Cunha escreveu sua obra “Os Sertões” analisando a região nordestina e a deflagração da “Guerra de Canudos”. Além destes exemplos, houve o desempenho de intelectuais e ativistas que se propuseram concretamente a organizar partidos socialistas e posteriormente partidos comunistas onde podemos mencionar Juan B. Justo na Argentina, o primeiro tradutor de “O Capital” para o espanhol; Astrojildo Pereira de origem anarquista e um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil; Luis Emilio Recabarren, fundador do Partido Socialista Operário do Chile e Julio Antonio Mella, um dos fundadores do Partido Comunista em Cuba (Löwy, 2006).

Löwy dividiu esquematicamente o desenvolvimento do marxismo e do comunismo na América Latina em três períodos. O primeiro, revolucionário, dos anos 1920 até meados dos anos 1930 quando a tendência era caracterizar a revolução latino americana como socialista, democrática e anti-imperialista onde temos como experiências concretas a insurreição salvadorenha liderada por Farabundo Martí em 1932, um dirigente comunista que também havia colaborado com a rebelião de Augusto Sandino contra a ocupação estadunidense na Nicarágua entre 1927 e 1933, e a rebelião deflagrada pelo Partido Comunista no Brasil em 1935 com Luiz Carlos Prestes à frente. O segundo período, stalinista de meados de 1930 até 1959 onde a interpretação soviética da teoria da revolução por etapas foi hegemônica e o terceiro período que se iniciou após a Revolução Cubana com a ascensão de correntes mais radicais e a legitimação da luta armada sob determinadas circunstâncias, defendido principalmente por Ernesto Che Guevara (2006).

Contudo, uma importante legislação social e trabalhista foi implantada na América Latina durante os anos 1930 como na Argentina, Brasil, México e outros, seus autores como Juan Domingo Perón, Getúlio Vargas e Lázaro Cárdenas, embora nacionalistas, nada tinham de marxistas. Pelo contrário, eram criticados e combatidos pelos partidos comunistas em seus respectivos países.

Foi somente no limiar e após o terceiro período que ocorreram as primeiras experiências de governos progressistas e de esquerda como o governo de Jacobo Arbenz

na Guatemala (1951 a 1954), do general Juan Velasco Alvarado no Peru (1968 a 1975), do general Omar Torrijos no Panamá (1968 a 1981), do general Juan Jose Torres na Bolívia (1970 a 1971) e Salvador Allende no Chile (1970 a 1973). Nenhum deles terminou bem no âmbito da disputa ideológica da guerra fria. Arbenz foi derrubado por um movimento patrocinado e armado pela CIA. Alvarado e Torres que haviam assumido os governos por meio de golpes de Estado, foram derrubados da mesma forma. O segundo por uma articulação dos setores conservadores das Forças Armadas bolivianas em conluio com o governo militar do Brasil. Torrijos morreu num acidente aéreo sob circunstâncias estranhas. No caso chileno, Allende foi eleito propondo uma via democrática para o socialismo, mas ele e milhares de outros também pagaram com a vida durante o golpe militar dirigido por Augusto Pinochet. O governo sandinista de esquerda assumiu na Nicarágua em 1979 com a derrota e afastamento do ditador Anastácio Somoza. Seu candidato a Presidente em 1985, Daniel Ortega venceu a eleição, mas perdeu a de 1990 para uma coalizão de direita e entregou o governo, somente retornando muito depois.

Cabe registrar ainda, algumas experiências governamentais de viés social democrata e terceiro mundista como Chedi Jagan, primeiro ministro da Guiana entre 1961 e 1964 quando o país ainda era uma colônia inglesa e presidente entre 1989 e 1992. Devido ao seu empenho na luta pela independência da Guiana alcançada em 1966, ele é considerado o “Pai da Nação”. Michael Manley, um ex-dirigente sindical, foi primeiro ministro da Jamaica entre 1972 e 1980 e novamente entre 1989 e 1992. Durante seu primeiro período foi um importante ativista do “Movimento Não Alinhado” e defendia sua aliança com os países socialistas contra o imperialismo. Podemos ainda mencionar Oscar Árias, Presidente da Costa Rica entre 1986 e 1990 e entre 2006 e 2010, bem como Carlos Andrés Perez, presidente da Venezuela entre 1974 e 1979 e novamente entre 1989 e 1993. Tanto eles, quanto Manley, imprimiram políticas social democratas durante seus primeiros mandatos, mas nos mais recentes, seus projetos foram neoliberais.

1.4. As intervenções imperialistas na América Latina e Caribe e as ditaduras

Após a independência do Brasil e da maioria dos países da América Espanhola, a dominação de Portugal e Espanha foi, por um lado, substituída pela influência econômica e política da Inglaterra que apoiou as independências e contribuiu com empréstimos para erguer as combalidas finanças das novas nações devido ao custo das guerras pela autonomia. Em troca, obteve concessões para exploração de produtos naturais, serviços públicos e condições comerciais mais favoráveis.

O século XIX, foi a “era dos impérios” na classificação de Hobsbawn (1987) marcada por intensa disputa entre as grandes potências como a Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Áustria – Hungria, Estados Unidos e em menor dimensão Itália e Japão pelo domínio da economia mundial que culminou na primeira guerra mundial opondo de um lado a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) e de outro a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria – Hungria e a Itália que rompeu em 1915). Esta disputa estava relacionada à implementação de uma divisão internacional do trabalho dominada pela produção monopolista e comércio de bens das corporações empresariais transnacionais e, principalmente, pelo sistema financeiro que apoiava a expansão capitalista em direção às novas e às ex-colônias agora independentes, bem como à países de menor expressão no entorno europeu por meio da concorrência liberal desenfreada do *laissez faire – laissez passer*⁸. Portanto, conquistar áreas de influência não atendia somente à interesses geopolíticos, mas sobretudo aos econômicos.

No hemisfério americano estava nascendo uma nova potência, os Estados Unidos da América (EUA), que após a própria independência deu início à sua expansão territorial fundamentada na doutrina do “destino manifesto” que seus valores deveriam ser levados para todo o território americano⁹ e em 1823 o Presidente James Monroe

⁸ “Deixar fazer – deixar passar”.

⁹ O segundo presidente dos EUA, Thomas Jefferson, já mencionava “um hemisfério à disposição dos estadunidenses”.

anunciou sua doutrina “América para os americanos” onde os EUA se oporiam às tentativas neocolonialistas europeias no hemisfério americano, assim como se absteriam de interferir em conflitos entre países europeus. O “destino manifesto” foi cumprido em um primeiro momento tomando as terras indígenas ao oeste das treze colônias originais e posteriormente ao anexar o Texas em 1845 e em seguida ocupar metade do território mexicano após a guerra concluída em 1848 e vencida pelos EUA.

Imperialismo

Embora vários impérios como o persa, macedônio, romano, otomano, entre outros, ao longo da história tenham se expandido por meio de ocupações e anexações de territórios de outros povos, o conceito de “imperialismo” é mais recente e o termo foi cunhado pelo autor britânico, John Hobson, em 1902 ao se referir à política das grandes potências de sua época.

O termo caracteriza as políticas de expansão e conquista ou domínio sobre novos mercados das potências industriais do século XIX como a Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, entre outros, inclusive ignorando as necessidades locais para atender somente os interesses do país conquistador. Neste momento, o meio utilizado era principalmente o militar como as duas “Guerras do Ópio” movidas pela Inglaterra contra a China para obriga-la a aceitar o comércio britânico, inclusive do ópio, ou a dos EUA contra a Espanha para tomar suas colônias no Caribe (Cuba e Porto Rico) e na Ásia (Filipinas e Guam).

Em 1884 realizou-se a Conferência de Berlim sob a justificativa de regular o comércio nas bacias dos rios Congo e Niger na África meridional, mas que na prática dividiu todo o território africano entre seis países europeus (Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália e Portugal) e o Império Otomano (Turquia) que já controlava o Egito, parte da Líbia e do Sudão. Havia apenas um país independente na África, a Etiópia. Nesta divisão, a Inglaterra e a França ficaram com a “parte do leão” do continente e a partir de sua derrota na Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), a Alemanha e a Turquia perderam os territórios que haviam conquistado.

Com o fim da segunda guerra mundial, estes impérios começaram a ser desmontados com as independências na Ásia, África e Caribe, mas as potências continuaram mantendo sua influência sobre várias de suas ex-colônias por meios econômicos e militares.

Algumas tentativas de países europeus de reocuparem territórios nas Américas tiveram a oposição dos Estados Unidos com base na “Doutrina Monroe”. Foi o caso da Espanha tentando instalar algumas bases na costa pacífica da América do Sul ou a República Dominicana ao se separar do Haiti propondo-se a retornar ao controle espanhol ou, ainda, a invasão do México pela França, Inglaterra e Espanha em 1863

devido ao não pagamento da sua dívida com estes países, quando a França tentou estabelecer uma monarquia com Maximiliano I à frente. Esta oposição estadunidense se acirrou posteriormente por meio do chamado “Corolário Roosevelt” quando o Presidente Ted Roosevelt adotou a posição de não apenas rechaçar qualquer intento colonizador europeu, como decidiu que os problemas que surgissem nas Américas, mesmo em relação a países europeus, deveriam ser resolvidos pelos americanos. Esta posição nasceu da tentativa de alemães, italianos e ingleses de bloquearem os portos da Venezuela em 1902 e 1903 para força-la a saldar suas dívidas com estes países.

Na prática, a conjunção da Doutrina Monroe, do Corolário Roosevelt e da política de *Big Stick* (Grande Porrete) também adotado pelo mesmo Presidente significava transferir para os EUA os “direitos” que as potências europeias consideravam seus. Tanto é, que após a tentativa fracassada de intervenção europeia na Venezuela, as que ocorreram depois na bacia do Caribe, foram todas efetuadas pelos Estados Unidos como na Nicarágua, Honduras, República Dominicana, México, entre outras no início do século XX para administrar as alfândegas e as coletas de impostos destes países para assegurar o recebimento de dívidas, não necessariamente de empréstimos governamentais, mas também saldar dívidas com empresas e bancos privados. Aliás, a defesa dos interesses privados estadunidenses sempre foi um fundamento da política externa dos EUA e frequentemente motivo para intervenções ou apoio a golpes de Estado em outros países, principalmente, após nacionalizações ou estatizações de empresas como a extração de petróleo no Irã por Mohamed Mossadegh, derrubado em 1953, a reforma agrária na Guatemala nos anos 1950 que teria prejudicado a *United Fruit* ou a alegada nacionalização de 5.913 empresas ou propriedades de estadunidenses, sem indenização, em Cuba para justificar o bloqueio instaurado desde 1960, além da tentativa no ano seguinte de derrubar o governo de Fidel Castro na invasão da Baía dos Porcos organizada pela CIA e exilados cubanos.

Um outro Roosevelt, Franklin, Presidente dos EUA de 1933 a 1945, introduziu uma nova política em relação à América Latina que chamou de “política de boa vizinhança”, em busca de aliados no hemisfério preocupado com o crescimento do fascismo e nazismo na Europa. Porém, os EUA apoiaram todos as ditaduras que assumiram

governos na América Latina e Caribe ao longo das primeiras décadas do século XX como Anastácio Somoza (pai) na Nicarágua, Rafael Trujillo na República Dominicana, entre outros, principalmente, na América Central. Com o término da segunda guerra mundial, a “política de boa vizinhança” acabou e patrocinaram todos os golpes militares ocorridos durante a guerra fria, a começar pela Guatemala, Haiti e Paraguai na década de 1950, outros nas décadas seguintes a começar pelo Equador em 1961, Brasil e Bolívia em 1964 seguidos por Uruguai, Chile e Argentina nos anos 1970.

A Doutrina de Segurança Nacional

Um pouco depois do término da segunda guerra mundial, o governo Truman dos Estados Unidos definiu a União Soviética e o socialismo como as novas ameaças à sua segurança. Estas passaram a ser enfrentadas internamente por meio do “Comitê de Atividades Anti-Americanas” presidida pelo Senador John McCarthy e externamente por intermédio da Doutrina de Segurança Nacional para barrar a marcha do socialismo no mundo. Este havia avançado para os países do Leste Europeu, área de influência soviética acordada entre EUA, Inglaterra e URSS durante a guerra, e para a China com a revolução de 1949. Portanto, para os ideólogos estadunidenses da guerra fria, a maior ameaça era externa e a Doutrina teria que ser aplicada externamente aos Estados Unidos.

Assim, o combate à ameaça externa teria que ser transferido para os países onde os EUA tinham influência, particularmente na América Latina, mais próxima de suas fronteiras, o que implicava em envolver as forças de segurança destes países na tarefa de neutralizar as guerras revolucionárias e as ações dos socialistas quaisquer que fossem as causas de suas origens, econômica, social ou política. Esta transferência implicou em acordos militares, treinamento das forças armadas e de segurança dos países latino-americanos por instituições equivalentes dos EUA, além de estas prestarem assessoria diretamente para que estes países também adotassem legislações coerentes com a Doutrina de Segurança Nacional, o que ocorreu no Brasil depois do golpe de 1964 e se tornou a Lei de Segurança Nacional. No caso brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG) já tinha incorporada a Doutrina, inclusive antes do golpe, não somente para conduzir ideologicamente as forças armadas, mas também grupos civis à partir de uma única instituição. Tanto é que o golpe foi cívico e militar e durante a ditadura houve intensa colaboração empresarial na repressão aos grupos de esquerda no país como, por exemplo, o financiamento da Operação Bandeirantes

Atualmente, uma vez superada a guerra fria, o anti-comunismo adquiriu outra característica. Em vez de o socialismo ser visto como uma ameaça que poderia ser implantado por meio de revoluções e ações armadas, agora é visto como um projeto a ser implantado por meio da construção de hegemonia Gramsciana apoiada em um suposto marxismo cultural.

Os EUA nunca hesitaram em promover intervenções armadas diretas na América Central e no Caribe para combater seus inimigos, supostamente de esquerda ou não, como na República Dominicana em 1965, sob um mandato da OEA, para impedir a posse do Presidente Juan Bosch; o apoio aos “Contras” que operaram contra o governo da FSLN na Nicarágua ao longo dos anos 1980; em El Salvador com tropas especiais para combater a guerrilha da FMLN a partir de 1981; a invasão de Granada em 1983 para destituir o governo Bishop e a invasão do Panamá em 1989 para destituir e prender o Presidente Manuel Noriega.

Quando a década de 1970 estava terminando, 13 dos 18 países latino americanos eram dirigidos por militares que durante seus governos implementaram verdadeiros genocídios e expressivas violações de direitos humanos com destaque para a Guatemala onde pereceram aproximadamente 200.000 pessoas, principalmente camponeses e indígenas, desde o golpe que derrubou Arbenz em 1954 até o acordo de paz com a guerrilha nos anos 1990 e para a Argentina onde durante a ditadura de 1976 a 1983 as vítimas dos assassinatos e desaparecimentos foram mais de 30.000 pessoas.

A operação Condor

Foi uma iniciativa do governo militar chileno, decidida em um reunião realizada em 1975, um pouco depois do golpe militar de Pinochet, de propor uma cooperação sistemática entre os serviços secretos das ditaduras do Cone Sul para monitorar a atuação de integrantes da oposição no exterior e tomar medidas para eliminá-los. Participaram Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Inicialmente, a operação visava dismantelar a Junta Coordenadora Revolucionária (JCR) formada em 1973 entre o MIR chileno, o Exército Revolucionário do Povo (ERP) da Argentina, os Tupamaros do Uruguai e o Exército de Libertação Nacional da Bolívia. Dirigentes importantes deste grupo foram presos no Paraguai. Sua tortura e assassinato posterior contribuíram para o dismantelamento do JCR, mas a cooperação entre as ditaduras se manteve. Por exemplo, em 1978, dois uruguaios foram sequestrados em Porto Alegre por militares daquele país com a ajuda de agentes do DOPS do Rio Grande do Sul, mas a publicidade que houve evitou que fossem mortos, pois outros 180 uruguaios sequestrados no exterior estão todos na lista de desaparecidos.

Outro personagem importante, sequestrado e morto por agentes da operação em Buenos Aires em 1976, foi o ex-presidente boliviano, Juan José Torres que estava exilado na Argentina.

Calcula-se que durante o período das ditaduras no Cone Sul, teriam ocorrido 50.000 mortes, 30.000 desaparecimentos e 400.000 prisões.

Atualmente, a tática imperialista é exercida por meio de uma nova doutrina pós guerra fria denominada “Guerra Híbrida” que é uma combinação de guerras diretas e indiretas. Quando a direta não convém politicamente atua-se indiretamente utilizando grupos insurgentes locais ou “revoluções coloridas” como a ucraniana para fragilizar governos instituídos e em seguida promover o “*Regime Change*” (mudança de regime) por meio de golpes de Estado como os aplicados em Honduras, Paraguai e Brasil. Esta

tática, que também pode ser utilizada para influenciar resultados eleitorais, consiste na exacerbação de determinadas reclamações populares pelos meios de comunicação somadas a manifestações públicas, a assunção destes temas para avaliação e atitudes dos poderes legislativos e/ou judiciários do país em questão e, finalmente, a destituição do mandatário supostamente responsável pelo problema. No caso paraguaio e brasileiro, os presidentes, Fernando Lugo e Dilma Rousseff, foram destituídos por meio de processos políticos nos respectivos parlamentos com aval das Supremas Cortes e no caso de Honduras, houve uma intervenção inicial do exército, seguida pela aprovação dos poderes legislativo e judiciário.

O poder das instituições internacionais, particularmente as financeiras como o FMI e Banco Mundial, também é utilizado para impor seus interesses e controle sobre outros países. Contudo, as ações militares diretas não foram abandonadas como demonstram as situações do Afeganistão, Iraque e Líbia ou as constantes intervenções das forças armadas francesas em algumas de suas ex-colônias na África Ocidental. As ameaças concretas, inclusive de intervenção militar dos EUA, se voltam agora contra o governo Nicolás Maduro na Venezuela.

1.5. A redemocratização e os partidos de esquerda

O processo de redemocratização e a eleição de governos civis que se iniciou na década seguinte foi fruto de mobilizações populares e de setores partidários diante dos desgastes das ditaduras em função das violações de direitos humanos e do mau desempenho da economia, particularmente, diante da crise econômica mundial e o peso das dívidas externas sobre as economias latino americanas. Entretanto, as transições foram negociadas com os militares o que preservou grande parte de seu poder, evitou rupturas expressivas no *status quo* econômico e social, bem como viabilizou impunidade em relação às violações de direitos humanos cometidas durante as ditaduras. Tampouco restaurou as experiências progressistas do passado, num primeiro momento, nem mesmo em países como Bolívia, Chile, Guatemala e Peru onde

algumas transformações estruturais tinham sido implantadas antes dos golpes militares, particularmente, as reformas agrárias. Pelo contrário, em alguns países retornaram políticos conservadores tradicionais que tinham sido afastados pelos militares como Belaunde Terry eleito no Peru em 1980, Hernán Siles Zuazo na Bolívia em 1982 ou então a eleição de novos políticos adeptos do neoliberalismo como Julio Maria Sanguinetti no Uruguai em 1985, Fernando Collor de Mello no Brasil em 1989, entre outros. De todo modo, o neoliberalismo, em menor ou maior grau, foi a tônica da política na redemocratização das ex-ditaduras e dos ajustes estruturais dos anos 1990, inclusive nos países latino americanos e caribenhos que não passaram pelos regimes autoritários instalados nas décadas de 1960 e 1970.

Os militantes dos agrupamentos da esquerda armada dos anos 1960 e 1970 que sobreviveram ou no exílio ou na prisão ou na clandestinidade integraram-se ao processo democrático e muitos deles participaram da fundação de uma série de partidos do campo democrático e popular em diferentes países da América Latina junto com ativistas e membros de partidos de esquerda que não participaram da luta armada. É o caso, por exemplo, dos Tupamaros do Uruguai que se integraram à Frente Ampla (FA) que foi fundada em 1973, um pouco antes da ditadura militar, com a presença do Partido Socialista do Uruguai, do Partido Comunista, entre outros, que hoje reúne 18 partidos e que se viabilizou eleitoralmente pela primeira vez em 1989 quando Tabaré Vazquez se elegeu prefeito de Montevideú. A FA governa essa cidade até hoje e em 2005 ele foi eleito presidente do país e reeleito em 2015 depois de um mandato de Pepe Mujica, oriundo do Movimento de Participação Popular (MPP), ex-Tupamaros.

Na Argentina, um presidente progressista e membro do Partido Justicialista (Peronista), Nestor Kirchner, foi eleito presidente em 2003 e sucedido duas vezes pela sua esposa Cristina. Embora ambos fossem peronistas e realizassem governos progressistas, o Partido Justicialista é caudatário de tendências políticas que vão da direita à esquerda. Na segunda eleição de Cristina ela se candidatou por uma coalizão chamada Frente pela Vitória que reunia a esquerda e centro esquerda peronista e outros partidos menores como o Partido Comunista da Argentina. Além dos integrantes desta coalizão há também o Partido Socialista Argentino que governa a província de Santa Fé

e sua capital Rosário e que normalmente faz oposição ao peronismo. Há ainda outros agrupamentos de esquerda menores que se opõem aos peronistas.

A esquerda na Bolívia se viabilizou em torno da liderança de Evo Morales Ayma de origem aimará e dirigente dos “cocaleros”, camponeses que cultivam a folha da coca e que lutaram contra sua erradicação patrocinada pelos Estados Unidos. Ele fundou um partido no campo socialista chamado Movimento ao Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos (MAS – IPSP) e foi eleito presidente do país em 2005 e busca nova reeleição em 2019. Além do MAS – IPSP existem outros partidos de esquerda como o Partido Comunista da Bolívia. Houve outras tentativas no campo progressista como o Movimento Bolívia Livre (MBL), mas de curta duração.

O processo de redemocratização no Brasil abriu espaço para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) por militantes oriundos do movimento sindical, da Igreja Católica, de integrantes de agrupamentos de esquerda, intelectuais, ex-integrantes dos grupos da luta armada, entre outros, num amálgama que lhe rendeu muita representatividade tendo eleito um prefeito e parlamentares já na primeira vez que disputou as eleições em 1982 e em 2003 elegeu Luiz Inácio Lula da Silva presidente do país. O PT esteve à frente do governo federal até 2016 quando a presidente Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado e foi destituída ilegalmente pelo Congresso.

A política externa do PT

O PT desde sua fundação apresentou uma vocação internacionalista e sua política externa pode ser dividida em quatro fases: a solidariedade com os movimentos do terceiro mundo entre sua fundação até a primeira disputa presidencial, a fase da construção de programas de governo que incluíram propostas de política externa, a terceira fase com o PT no governo e forte diplomacia presidencial de Lula e a fase atual com o PT na oposição novamente.

A solidariedade e os contatos estabelecidos eram muito fortes na América Latina com Cuba, Nicarágua e El Salvador, além daqueles com países africanos de língua portuguesa, particularmente Angola e Moçambique. Além disso, o PT expressava forte apoio à causa palestina, contra o apartheid na África do Sul e pela redemocratização de países como o Chile e Paraguai ainda vivendo sob ditaduras militares. Aos poucos foram se estabelecendo as relações partidárias no continente e também na Europa, particularmente, com os partidos do campo social democrata.

A eleição de 1989 provocou a discussão no partido sobre programa de governo e nesta, bem como nas eleições que se seguiram em 1994, 1998 e 2002 havia propostas de política externa relacionadas à integração latino-americana, comércio exterior, meio ambiente, relações norte – sul e sul – sul, entre outros temas.

As políticas do PT somadas à visão de política externa dos integrantes “autonomistas” do Itamaraty que fizeram parte do governo Lula geraram a política externa ativa e ativa admirada no mundo e que projetou enormemente a imagem do Brasil. Nesse período, a política externa do Partido ficou em segundo plano, pois a coalizão governamental era pluripartidária, assim como sua política e o governo tinha a prerrogativa das iniciativas diplomáticas e da estrutura para leva-las adiante. Diante disso, o PT buscou manter seu caráter ideológico e estabelecer relações partidárias com parceiros dos países com os quais o governo trabalhava, por exemplo, no âmbito do Mercosul, Unasul, IBAS, Brics e nas relações bilaterais, por exemplo, Brasil e China.

Com o afastamento do PT do governo a partir de 2016, a política externa voltou a ser mais partidária por meio do FSP e das relações bilaterais com partidos e coalizões de partidos, onde a defesa da democracia e da liberdade para Lula são temas fundamentais.

No Chile, a esquerda chegou novamente ao governo com o fim da ditadura por meio de uma coalizão chamada “Concertación por la Democracia” que reunia o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista e outros menores de caráter social democrata. Governou de 1990 até 2010 e novamente de 2014 até 2018. Neste último mandato, formou-se a “Nueva Mayoría” com a inclusão do Partido Comunista na coalizão. Há outros partidos no campo da esquerda como a Frente Ampla que elegeu uma bancada parlamentar pela primeira vez em 2018.

Na Colômbia existem vários partidos de esquerda como o Partido Comunista Colombiano, o Polo Democrático Alternativo que reúne diversos grupos de esquerda, o Partido Verde, a coalizão que lançou Gustavo Petro candidato à presidência do país em 2018, ex-integrantes do M – 19 (um antigo grupo guerrilheiro) e mais recentemente as FARC, que atuaram na luta armada desde a década de 1960 e agora se transformaram em partido político após o acordo de paz com o governo, entre outros. A esquerda é fragmentada, mas chegou a governar a capital Bogotá durante três mandatos e Petro foi um dos prefeitos. Elege parlamentares regularmente, alguns governadores de províncias, mas nunca elegeu o presidente do país.

O processo político equatoriano foi bastante conturbado no final dos anos 1990 e começo do novo século com a destituição de vários presidentes por força da pressão popular até a eleição de Rafael Correa em 2007 quando ele logrou aprovar uma nova Constituição, além de formar um partido político, o Aliança País, cuja coluna vertebral era formada por militantes do Partido Socialista Equatoriano. Em 2017, ele apoiou a eleição de Lenin Moreno que havia sido seu vice-presidente durante o primeiro mandato, mas com quem rompeu posteriormente.

No Peru, a esquerda é representada por dois partidos comunistas e o Partido Socialista Peruano. Na última eleição presidencial em 2016 apresentou-se uma candidata presidencial por um novo partido do campo progressista, a Frente Ampla (FA), herdeira de uma experiência de “Frente Social” – partidos de esquerda tradicionais

aliados aos movimentos sociais – que em 2010 elegeu a prefeita de Lima. A FA por pouco não foi ao segundo turno.

A eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 implementou uma série de reformas no sistema social e político tradicional do país e ele se apoiou em uma coalizão do campo progressista denominada Movimento V República que posteriormente se transformou no Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV) que tem o Partido Comunista da Venezuela como aliado.

Na América Central, os principais partidos de esquerda são oriundos da guerrilha na Nicarágua com a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em El Salvador com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e da mesma forma na Guatemala, mas neste, os ex-guerrilheiros se fragmentaram em vários partidos e sempre obtiveram resultados pífios nas eleições. Em Honduras surgiu uma Frente de partidos e organizações sociais após o golpe que destituiu Manuel Zelaya e que se transformou no Partido Libre que está entre os três maiores do país.

No Caribe, o Partido Comunista de Cuba é o mais relevante e influente da região.

O Foro de São Paulo (FSP)

Por iniciativa de Lula e de Fidel Castro, organizou-se na cidade de São Paulo em 1990 um encontro de partidos de esquerda da América Latina para avaliar e discutir o que fazer diante das profundas transformações ocorridas no mundo com o colapso dos regimes de socialismo real no Leste Europeu e com as derrotas dos sandinistas na Nicarágua e da Frente Brasil Popular (PT, PCdoB e PSB) nas eleições presidenciais de 1989 no Brasil, bem como a ascensão do neoliberalismo em nível mundial e no continente latino americano e caribenho.

Participaram deste encontro vários dos partidos mencionados anteriormente como os partidos socialistas da Argentina, Chile, Equador e Peru, a Frente Ampla do Uruguai, o MBL da Bolívia, os Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba e Peru, os grupos guerrilheiros da América Central que ainda não haviam concluído as negociações dos acordos de paz, os sandinistas, o PRD do Panamá, entre outros.

O impacto das discussões foi tão grande que os participantes resolveram transformar o foro em uma atividade anual permanente. Para tanto, o PT foi escolhido como secretaria executiva do FSP que recebeu esta denominação em homenagem ao local onde se reuniu pela primeira vez. Posteriormente, com o ingresso de novos partidos e sua ampliação foi criado o “Grupo de Trabalho do FSP (GT) como uma espécie de Comissão Executiva. O GT reúne-se normalmente três vezes durante o ano para tratar de assuntos práticos e o FSP promove encontros anuais em diferentes países do hemisfério.

Atualmente, o Foro convive com o paradoxo de ter sido uma fonte de inspiração importante para as vitórias eleitorais e a implementação de políticas de governo dos partidos progressistas no continente que ascenderam aos governos neste início de século XXI e de ter agora uma parte importante de seus integrantes na oposição como são os casos argentino, brasileiro, chileno, paraguaio, peruano, equatoriano, panamenho e salvadorenho.

O quadro político da redemocratização, desgastado pelas políticas neoliberais que foram implementadas, começou a mudar. Houve questionamentos práticos às reformas preconizadas pelo “Consenso de Washington” e impulsionadas pelas instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, bem como pela Organização Mundial de Comércio (OMC) que substituiu o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT na sigla em inglês) a partir de 1994.

À vitória de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, seguiram-se outras do campo democrático e popular no Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Panamá, Nicarágua, El Salvador e Paraguai. A direita “Pinochetista” foi derrotada no Chile em sucessivas eleições presidenciais desde 1990 pelo coalizão opositora democrata cristã, democrática e socialista (“*La Concertación*”), mas os acordos gerados com os militares durante a transição da ditadura para a democracia manietaram os sucessivos governos da oposição e eles não se destacaram como protagonistas no conjunto das forças progressistas do continente. Manuel Zelaya que assumiu a presidência de Honduras em 2006 pelo Partido Liberal, aproximou-se do setor progressista latino americano, particularmente, dos chamados governos “bolivarianos”¹⁰, mas foi derrubado por um golpe de Estado em 2009, um pouco antes de concluir seu mandato. Um presidente nacionalista, Ollanta Humala, em composição com forças de esquerda foi eleito em 2011 no Peru, mas apesar de um início promissor, essa coalizão se rompeu e seu governo descambou para o conservadorismo terminando o mandato melancolicamente. Assim, chegou a haver uma ampla maioria de países latino americanos governados pela esquerda no início do novo milênio.

¹⁰ O termo “bolivariano” foi cunhado pelo governo venezuelano de Hugo Chávez em referência ao ideal de Simon Bolívar de unir a América Latina após as independências do século XIX e ele também implementou a criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) que hoje reúne Venezuela, Bolívia, Cuba, Nicarágua e El Salvador com a perspectiva, entre outras, de fomentar o comércio entre seus integrantes a partir das vantagens comparativas de cada um deles.

Analogamente a uma das Leis da Física que “a toda ação cabe uma reação com a mesma força e intensidade em sentido contrário”, a reação das forças políticas conservadoras no continente à ascensão dos governos democráticos e populares seguiu esta Lei, embora certamente com força e intensidade superiores à ação, pois não houve pruridos em promover mudanças de regime por meio de golpes de Estado como ocorreu em Honduras, Paraguai e Brasil. Em outros países, a mudança foi por meio de eleições, embora sempre precedidos de campanhas mediáticas que buscavam impingir a imagem de uma esquerda envolvida com corrupção. Hoje, apenas metade dos países latino americanos são governados por progressistas, onde a conquista mais recente e importante foi o México com a vitória de Andrés Manoel Lopez Obrador do Partido MORENA.

A reação se intensifica hoje com a ascensão, não apenas das forças de direita neoliberal, como também do fascismo representado no Brasil pelo Presidente Jair Bolsonaro e sua coalizão formada por militares, policiais, evangélicos, ruralistas, banqueiros, entre outros ou na Venezuela pelos integrantes do partido *Voluntad Popular* que acabaram de “nomear” um de seus membros, o Deputado e Presidente da Assembleia Legislativa Juan Guaidó, como “presidente encarregado” do país, tentando deslegitimar e depor o Presidente legítimo, Nicolás Maduro, reeleito em 2018. Esta onda neofascista, é favorecida pelo governo estadunidense de Donald Trump e alguns outros que estão no poder na Europa, além de clara decadência no mundo do liberalismo político e da social democracia, tanto do ponto de vista eleitoral, quanto retórico.

2. A formação econômica latino-americana e caribenha moderna

A partir do século XIX, a América Latina independente e o Caribe foram inseridos na divisão internacional do trabalho como países agrários exportadores e suas principais fontes de investimento continuaram sendo europeus com capitais franceses, alemães e,

principalmente, ingleses que alcançaram um alto fluxo na segunda metade deste século até 1914. Estes se dirigiam em primeiro lugar para empréstimos e títulos governamentais (45%), seguido por investimentos em ferrovias (39%), serviços públicos (5%), mineração (5%), bancos e outros (5%) e manufaturas (1%) (Bruit, 1982). Embora a relação com a Inglaterra fosse ainda mantida por muitos anos por alguns países latino americanos como a Argentina e Chile, outros como o Brasil mudaram suas relações preferenciais em direção aos EUA, neste caso, por iniciativa do então chanceler Barão do Rio Branco em coerência com a evolução das relações comerciais, particularmente, das exportações de café, bem como da inserção política estadunidense no hemisfério (Burns, 2003). O Caribe e a América Central passaram a ser a área de influência estadunidense mais importante no hemisfério num primeiro momento, além de receptor de investimentos diretos, principalmente, no agronegócio, mineração, lazer e bancário.

A ascensão de certos governantes ao final do século XIX, alguns deles ditadores, como Porfírio Diaz no México e Juan Vicente Gomez na Venezuela, e sua visão de autoridade assegurado pela prosperidade levou a iniciativas de implantação de infraestrutura e inserção estatal na economia, além do surgimento de uma indústria básica, embora ainda incipiente, composta por alimentos, têxteis e materiais de construção no conjunto de países latino americanos e caribenhos. Além destes dois, houve governantes mais democráticos nesta época, embora seguidores da mesma concepção de desenvolvimento, na Argentina, Chile, Colômbia e Equador (Bruit, 1982). A interrupção dos fluxos de comércio intercontinentais durante a primeira guerra mundial (1914 – 1918) e, principalmente, durante a segunda (1938 – 1945) deram impulso às indústrias locais, todavia insuficiente para superar a dependência das importações advindas dos países centrais, particularmente, de bens com maior conteúdo tecnológico.

A avaliação da necessidade de acelerar a industrialização e a constatação das relações desiguais de trocas entre os produtos primários dos países da América Latina e os bens de maior tecnologia dos países centrais levaram os primeiros dirigentes da

Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)¹¹, o argentino Raul Prebisch, à frente, a formularem a política de substituição de importações financiada por capitais do Estado, empresários nacionais e capital internacional. A maioria dos países latino americanos aderiram a esta política na medida de suas possibilidades com exceção do Paraguai que nunca a adotou o que explica seu perfil econômico e social atual fundamentado em agricultura e comércio e seu setor político majoritariamente conservador, quando não, corrupto.

Para aqueles como o Brasil e o México que definiram os dirigentes da indústria como o setor político hegemônico no país ainda na década de 1930, esta política possibilitou um salto enorme no desenvolvimento, pelo menos, até a década de 1970, embora socialmente injusto e excludente ao promover expressiva concentração de renda e no caso mexicano gerou um controle total do Estado sobre sindicatos e organizações sociais por meio do Partido da Revolução Institucional (PRI), a ponto de o México ter sido chamado de “a ditadura perfeita”, pois era um país pluripartidário e tinha eleições regulares, mas o PRI governou por mais de 70 anos. Outros países também avançaram, embora muitos partissem de patamares inferiores em termos de industrialização e de capacidade de consumo obtendo resultados mais modestos. A Argentina construiu um razoável parque industrial, mas nunca definiu a hegemonia política do desenvolvimento entre a indústria e o setor agrário levando a muitos conflitos e pelo menos seis quarteladas entre 1930 e 1976, resultantes desta disputa e travando o processo.

¹¹ As comissões econômicas foram criadas pela ONU nos três continentes em desenvolvimento. A CEPAL é de 1948.

A Teoria da Dependência

Esta surgiu no início dos anos 1960 como uma crítica ao desenvolvimentismo cepalino cujos técnicos acreditavam que o desenvolvimento capitalista era um processo de evolução contínua que os países subdesenvolvidos, como os latino-americanos e caribenhos, poderiam seguir na medida em que se industrializassem.

Os teóricos da dependência tentavam explicar a reprodução do sistema capitalista de produção nos países da periferia uma vez que as brechas de desenvolvimento entre eles e os países centrais se ampliavam e as economias destes condicionavam o desenvolvimento e a expansão dos países subdesenvolvidos e promoviam a desigualdade. Havia duas vertentes de discussão, a weberiana representada principalmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto e a marxista representada por Ruy Marini, André Gunder Frank, Teotônio dos Santos, entre outros.

Para os weberianos, o desenvolvimento seria um processo social e a superação da dependência econômica, social e política dos países subdesenvolvidos em relação aos países centrais poderia ser resolvida por meio da articulação entre as forças sociais internas dominantes com as dos centros hegemônicos. Também analisaram o papel das economias de enclave, zonas especiais de desenvolvimento econômico, coordenadas por empresas originárias dos países centrais que remetiam altas taxas de lucro para as matrizes e quando muito reinvestiam os ganhos nas suas atividades no próprio enclave. Para alguns isso aprofundava a dependência, para outros poderia trazer vantagens no longo prazo.

Os marxistas viam o subdesenvolvimento como um produto do desenvolvimento capitalista mundial condicionado pelos movimentos de capitais e dependência tecnológica provocados pelos países imperialistas. Desta forma, a América Latina seria integrada no capitalismo mundial de forma subordinada devido ao seu processo de formação sócio - econômica de industrialização incipiente e com gargalos, além de exportador de produtos primários.

Rui Marini agregou o argumento da mais valia como fator de geração de capital e que a diferença nos níveis de desenvolvimento entre os países centrais e os da periferia se devia

ao fato que as taxas de mais valia eram superiores nos países industrializados em relação aos dos países subdesenvolvidos.

Esta estrutura histórica era agravada pela redução dos preços dos produtos exportados devido ao seu baixo valor agregado e perda de valor de troca em relação aos produtos exportados dos países centrais, pela perda de recursos como remessa de lucros e dividendos e a instabilidade dos mercados financeiros que elevavam as taxas de juros dos empréstimos ao seu bel prazer. Este quadro gerava três dependências: a colonial resultante da divisão internacional do trabalho, a financeira – industrial e a tecnológica – financeira.

Os capitais externos que contribuíram para o desenvolvimento eram disponibilizados inicialmente à juros baixos, mas sofreram altas relevantes no início dos anos 1980, além dos impactos da elevação dos preços do petróleo na década de 1970 sobre a balança de pagamentos dos países latino americanos e caribenhos dependentes de sua importação. Na década de 1980, a crise das dívidas externas se fez sentir na América Latina e Caribe paralisando o processo de substituição de importações e o crescimento econômico, pois o continente chegou a transferir um terço de seu PIB para os países centrais para pagamento de serviços das dívidas inaugurando também um processo de altas inflacionárias e crises quase permanentes.

A receita para enfrenta-las foi o chamado “Consenso de Washington” resultado de uma reunião entre dirigentes do FMI, Banco Mundial e Ministros da Economia de alguns países das Américas, entre eles dos EUA, Brasil e outros para avaliarem as medidas adotadas até então para estabilizar as finanças, bem como outras iniciativas que poderiam ser adotadas. O receituário indicado, foi o neoclássico ou neoliberal, composto por reforma cambial, equilíbrio de contas públicas por meio de austeridade fiscal e privatizações, abertura econômica por meio de mudanças na legislação para atrair investimentos e redução tarifária para fomentar o comércio internacional. Não coincidentemente, todas medidas reivindicadas pelos grandes bancos e empresas multinacionais, onde a parte monetarista, privatizações e abertura econômica já tinham

sido aplicadas no Chile e Argentina durante as respectivas ditaduras militares praticamente destruindo o parque industrial do segundo.

Inicialmente, a principal âncora da estabilidade foi a paridade entre as moedas locais e o dólar estadunidense que o governo Menem na Argentina chegou ao paroxismo de incluir na constituição. No entanto, para assegurar esta paridade entre economias de dimensões tão díspares, era necessário possuir grande volume de reservas de moeda que se esperava adquirir com as privatizações e uma balança de pagamentos positivo, o que por sua vez, não era sustentável, pois as privatizações tinham limite e a abertura econômica provocou déficits nas balanças. Por isso, a âncora cambial foi gradualmente substituída por altas taxas de juros para controlar a inflação, uma medida igualmente de agrado a bancos e especuladores, mas que corroeu as finanças públicas.

Esse novo modelo de desenvolvimento econômico gerou altas taxas de desemprego e a informalidade se espalhou pelas Américas, além de promover uma concentração de renda ainda mais aguda que o modelo anterior. O impacto social somado ao acúmulo político dos movimentos sociais desde a redemocratização contribuíram para as vitórias eleitorais progressistas já mencionadas e que buscaram implantar um modelo econômico que não rompeu com o existente no tocante ao controle da inflação por meio das taxas de juros, mas que interrompeu as privatizações e buscou implementar medidas de distribuição de renda e combate à pobreza, além de alavancar o crescimento por meio do aumento das exportações e do consumo doméstico. No entanto, o continente não ficou isento aos efeitos da crise econômica internacional iniciada em 2008 e muitas dificuldades surgiram na década atual e sem receber um tratamento alternativo às orientações das instituições financeiras internacionais, entretanto, com algumas exceções no campo progressista como a Bolívia e o Uruguai que continuam mantendo um crescimento mediano, mas sustentável, bem como políticas sociais de qualidade.

3. A integração latino-americana e caribenha

As relações internacionais transformaram-se ao longo dos anos em uma área de estudos das ciências humanas, multidisciplinar ao incluir ciência política, história, geografia, direito, antropologia, psicologia, entre outras, formando um amálgama gerador de teorias específicas para analisar as políticas externas e as decisões adotadas pelos governantes das diferentes nações. No entanto, predomina a convivência prática de duas teorias, o realismo representado pela defesa dos interesses de cada país com o liberalismo que representa os espaços de cooperação entre os países por meio de instituições e do direito internacional.

No entanto, a capacidade de defender interesses depende de poder e este na teoria se divide entre *Hard Power* (poder duro) e *Soft Power* (poder suave). Enquanto o primeiro é definido pela capacidade militar e poder econômico que permite impor decisões, o segundo demanda outros fatores de ordem cultural, social e político para ampliar influência e capacidade de convencimento.

O tema da integração é parte dessa discussão, pois alavanca interesses e também demanda cooperação. Conceitualmente a integração possui várias fases. A primeira é a fase dos acordos de livre comércio como o Nafta e centenas de outros pelo mundo afora e são bilaterais ou plurilaterais. A segunda fase é a união aduaneira onde um grupo de países se integra comercialmente e estabelece uma tarifa externa comum em relação aos demais países. O Mercosul é um exemplo de união aduaneira incompleta, pois nem todos os produtos compartilham uma tarifa externa comum. A terceira fase seria o Mercado Comum, onde além da tarifa externa comum há regras sanitárias, fitossanitárias e outros procedimentos comuns como a livre circulação de pessoas. É o caso da União Europeia. A fase mais avançada que a Europa também alcançou é a unidade monetária (adoção de moeda comum), o Euro que, no entanto, não é compartilhada por todos os membros da União Europeia. A expressão maior da integração seria a integração política entre dois ou mais países, mas que nunca ocorreu na história recente. O estudo das experiências de integração, notadamente da União Europeia, que é a mais duradoura e a mais profunda, também gerou teorias e avaliações

e nesta parte analisaremos a experiência da integração latino-americana e caribenha que é mais recente e, ao contrário da europeia, pouco institucionalizada.

Uma primeira constatação é que não há integração e cooperação sem alguma abdicação de soberania e enfrentamento das assimetrias. Esta abdicação pode ser de interesse dos parceiros menores como, por exemplo no caso da União Europeia dos países do sul da Europa como Grécia, Espanha e Portugal, menos desenvolvidos economicamente, que adaptaram suas políticas nacionais ao acordo de integração e atrelaram sua produção às cadeias produtivas coordenadas pelos países mais desenvolvidos em troca de subsídios dos fundos europeus para modernizar sua infraestrutura. Da mesma forma pode ser do interesse dos países mais poderosos abdicar de algum nível de soberania nacional por meio de acordos de integração, inclusive com os países menores, para implementar suas políticas expansionistas e até para favorecer o desenvolvimento destes. Este segundo aspecto, não representa necessariamente altruísmo, mas realismo, pois não interessa aos países mais desenvolvidos terem vizinhos “pobres”, pois estes não importarão seus produtos e ainda podem ameaçar com a “exportação” de emigrantes irregulares. Portanto, para alcançar uma integração equilibrada, os países que tem mais, devem conceder mais. O problema maior é quando o acordo favorece o estabelecimento de “sub – imperialismos” como a imposição da Comissão Europeia, do FMI e do Banco Central Europeu de ajustes estruturais aos três países do sul da Europa mencionados anteriormente durante a crise econômica mundial recente, pois era de interesse da Alemanha e da França que estes não deixassem de pagar os empréstimos feitos com bancos alemães e franceses.

A América Latina e o Caribe em busca de maior autonomia econômica e política, bem como de superação da dependência vivenciaram quatro fases na sua busca de integração: a idealista, o modelo cepalino, a integração neoliberal e a integração política e social¹². A fase idealista de unidade entre os países de língua espanhola da América do Sul defendida por Simon Bolívar logo após a independência formando uma única nação

¹² Esta caracterização é de responsabilidade exclusiva do autor.

e da mesma forma as Províncias Unidas da América Central defendida por outro liberal, Francisco Morazán, não se sustentou apesar dos compromissos iniciais. A força representada por grandes nações era uma proposta lógica diante das ameaças que ainda pairavam de restauração do poder colonial e das dificuldades criadas pelas guerras de libertação, mas os interesses locais das diferentes oligarquias, bem como os estímulos ingleses à sua divisão falaram mais alto.

O governo estadunidense mais tarde propôs, na primeira conferência pan-americana realizada em 1889 – 1890 em Washington, estabelecer uma união aduaneira hemisférica a exemplo do “Zollverein” alemão que foi necessário para unir os principados e cidades Estado que formaram a Alemanha no século XIX e compatibilizar suas economias. No entanto, esta ideia foi rechaçada, principalmente, pela Argentina e Brasil temerosos do que uma união comercial com os EUA poderia significar na prática. Os próprios estadunidenses tampouco tiveram escrúpulos em promover divisões nos países vizinhos quando apoiaram a separação do Panamá da Colômbia para viabilizar a construção do canal no início do século XX.

Após o término da segunda guerra mundial teve início uma onda de independências de ex-colônias inglesas e francesas, nem sempre de forma pacífica. A primeira delas foi a da Índia e depois muitos países africanos e alguns caribenhos se seguiram. O desenvolvimento econômico destas novas nações requeria condições de comércio mais favoráveis do que as regras existentes no GATT que tratavam todos os países como se fossem iguais. Desta forma surgiram duas medidas internacionais importantes, o Sistema Geral de Preferências onde os países de menor desenvolvimento podiam exportar para os países centrais em condições tarifárias mais favoráveis sem a obrigação de oferecer reciprocidade e também a possibilidade de formar zonas de livre comércio sem a obrigação de oferecer as mesmas tarifas para os países que estivessem fora delas.

Ao mesmo tempo, os países da América Latina reivindicavam dos Estados Unidos um Plano Marshall para a região ao que os governos estadunidenses invariavelmente respondiam “*Trade, not aid*” (Comércio sim, ajuda não) e sempre numa perspectiva

bilateral. O governo Juscelino Kubitschek do Brasil propôs que os Estados Unidos financiassem a Operação Pan Americana (OPA) com o intuito de fomentar projetos de desenvolvimento no continente, mas também sem resultados. No entanto, estes movimentos, pelo menos, levaram à fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959.

As tentativas de integração, basicamente comercial, acompanharam as iniciativas de substituição de importações e foram várias. A começar pela Associação Latino Americana de Comércio (ALALC) em 1960 reunindo Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai no momento de sua fundação e depois se juntaram também Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia pela ordem. Em 1961 entrou em vigor o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) com a participação de Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua. Em 1969 foi criado o Pacto Andino com a presença de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Em 1973, a Venezuela aderiu também, mas o Chile já governado por Pinochet se retirou em 1976 alegando incompatibilidade com seu sistema econômico. A Comunidade do Caribe (CARICOM) foi criada em 1973 e o Sistema Econômico Latino Americano (SELA) em 1975 para tentar solidificar as relações econômicas na América Latina e em 1981 a Associação Latino Americana de Integração (ALADI) que na prática substituiu a ALALC para facilitar as negociações comerciais da região (Pecequilo e Carmo, 2015).

Esses acordos contribuíram para o fomento do comércio no continente e crescimento econômico de seus integrantes, porém com a crise da dívida externa e a adesão da maioria dos países ao Consenso de Washington, os processos regionais alteraram-se significativamente incorporando uma dimensão neoliberal em função das aberturas econômicas e do deslocamento de empresas de acordo com suas conveniências, uma vez que se tornou desnecessário produzir os mesmos bens em mais de um país. O Mercosul constituído pelo Acordo de Assunção em 1991, a partir do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) assinado entre Argentina e Brasil em 1988 e que incluiu Paraguai e Uruguai, demonstrou esta perspectiva muito bem em relação a estruturação do setor automotivo que racionalizou regionalmente esta cadeia produtiva. Da mesma forma o Pacto Andino transformou-se na Comunidade

Andina de Nações (CAN) e o MCCA no Sistema de Integração Centro Americano (SICA) incluindo Belize e a República Dominicana. Os três projetos copiaram algumas características da União Europeia tentando estabelecer uniões aduaneiras e criando algum nível de institucionalidade como Parlamentos Regionais e Fóruns Consultivos Econômicos e Sociais. No entanto, estes últimos que visavam atrair maior apoio social aos processos estabeleceram níveis de atividades e decisão tão esvaziados que nunca cumpriram este papel.

A assunção do grande número de governos progressistas, particularmente, na América do Sul deu algum impulso à integração regional. A Venezuela deixou a CAN e tornou-se o quinto membro permanente do Mercosul. Os demais países da América do Sul são Estados associados ao bloco e a Bolívia e Equador, até recentemente, também buscavam o mesmo status da Venezuela. A agenda do Mercosul incluiu uma série de políticas sociais que, no entanto, não entraram devidamente em vigor e também um importante programa de financiamento do desenvolvimento e infraestrutura, principalmente, dos países menores por meio do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM).

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca), uma iniciativa patrocinada pelos Estados Unidos desde 1994, colapsou em 2003 devido à oposição, principalmente, do Mercosul e da Venezuela. Duas outras iniciativas se viabilizaram no início do novo milênio. A União de Nações Sul Americanas (Unasul) que se constituiu em 2008 e a Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (Celac) em 2010. A primeira, com o objetivo de tratar de temas como segurança, infraestrutura e outros e o segundo para tratar de temas de interesse do conjunto de países das Américas sem a participação dos Estados Unidos e Canadá que, no entanto, continuam participando da Organização dos Estados Americanos (OEA) fundada em 1947.

Além de sua participação ativa na criação da Unasul e da Celac, o governo brasileiro durante os mandatos do Presidente Lula engajou-se na formação de blocos externos à América Latina como o Fórum IBAS composto por três potências regionais – Índia, Brasil e África do Sul – criado em 2003 e posteriormente na articulação dos BRICS

que reuniu estes três com a China e a Rússia formando um bloco econômico com capacidade financeira para promover investimentos diretos por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e para assegurar estabilidade monetária por meio de um fundo de compensações financeiras.

O governo Lula também tomou a iniciativa de promover encontros e articulações dos países sul americanos com os países árabes (ASPA) e com os países africanos (ASA) para debater propostas comerciais e de cooperação para o desenvolvimento.

Contudo, as três iniciativas locais – Mercosul, Unasul e Celac – são organizadas e centralizadas nas decisões dos chefes de Estado e são, portanto, de baixa institucionalidade. Pouco se alcançou quanto ao engajamento econômico e político do setor privado, espaços de participação e consulta com a sociedade organizada e mesmo iniciativas governamentais como a criação do Banco do Sul para fomentar a integração nunca saíram do papel. Portanto, não houve geração de “*spill over*” (transbordamento) a partir de instituições com maior autonomia que poderiam sustentar a integração politicamente em caso de governos hostis à integração, o que é o caso atualmente com o crescimento do número de governos de direita que excluíram a Venezuela do Mercosul, o qual pretendem transformar simplesmente numa área de livre comércio com a possibilidade de acordos bilaterais ao bel prazer de seus integrantes, além de fortalecer sua relação com a Aliança do Pacífico. Também resolveram esvaziar a Unasul e criar a Prosur composto somente pelos governos de direita na América do Sul, mas devido à relação especial da Celac com a China não falam em abandoná-lo apesar das divergências ideológicas existentes no presente.

4. Conclusão

Os governos neoliberais que ajustaram os acordos de integração na América Latina e Caribe a partir dos anos 1990 não tinham a intenção de constituir instituições permanentes com recursos e autonomia para perenizar os processos e muito menos

ampliar demasiadamente sua agenda, pois a prioridade era o comércio de bens e serviços e proteger os investimentos. Os governos progressistas que os seguiram, lograram ampliar a agenda, mas também falharam na institucionalização da política de integração e esta está fortemente ameaçada pela onda de governos de direita no continente.

O movimento social, com exceção do movimento sindical que buscou incidir de várias maneiras sobre a integração, sempre a viu com desconfiança de ser apenas parte do processo de acumulação capitalista, um componente que certamente estava presente, mas que não anulava o potencial da integração como instrumento para romper a dependência histórica da América Latina e do Caribe. Particularmente, a integração sul – americana tinha este potencial em função dos recursos naturais e energéticos existentes, bem como de um importante nível de industrialização. Porém, desta maneira, setores importantes do movimento social sempre colocaram condicionantes políticos em relação às diferentes experiências sob a retórica da “integração dos povos” e “integração com soberania”.

Num mundo capitalista, a integração se inicia por interesses econômicos e pode avançar para objetivos políticos e sociais se as forças econômicas e sociais assim o quiserem. Mas, isso implica em compreender a vantagem do poder e da influência que uma integração regional como a sul americana pode proporcionar e os benefícios decorrentes, ainda mais, num mundo multipolar para o qual estamos caminhando apesar dos obstáculos colocados pelas potências que querem manter sua hegemonia e o nacionalismo demagógico dos governos neofascistas atuais. Porém, isso implica em acordos entre países assimétricos e que para atingi-los em torno de visões e ações comuns implicam em cessão de soberania. Do contrário, não há acordos e somente unilateralismo.

5. Referências bibliográficas

Bruit, Hector. Acumulação capitalista na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Burns, E. Bradford. A aliança não escrita. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

Cardoso de Mello, João Manuel. O Capitalismo Tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: UNICAMP – IE, 1998.

Falcon, Francisco. Mercantilismo e transição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Galeano, Eduardo. Memória do Fogo (II). As caras e as máscaras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Hobsbawn, Eric J. A era dos impérios: 1875 – 1914. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Ianni, Octavio. A questão nacional na América Latina. Revista Estudos Avançados vol. 2 No I, Jan/Mar, 1988. São Paulo: USP, 1988.

IBGE. PNAD, 2017.

Ioris, Rafael. Os liberais brasileiros e seu atávico medo da democracia. Revista CULT, Maio 2018. São Paulo: Editora Bregantini, 2018.

Klein, Herbert S. A escravidão africana na América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Pecequillo, Cristina Soreanu e Carmo, Corival Alves. O Brasil e a América do Sul – Relações Regionais e Globais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.